

A EXPERIÊNCIA MUSEOLÓGICA DO MUSEU PITAGUARY JUNTO A ESCOLA ITA-ARA

Lívia Raquel de Lima Pereira

RESUMO: Nesse artigo trazemos a discussão sobre o Museu indígena Pitaguary e a Escola Ita-Ara, observamos a experiência dessas duas instituições e sua importância para o fortalecimento da cultura deste povo. Ao longo dos tópicos abordamos os conceitos de museus indígenas e suas particularidades, também apresentamos o modelo de escola diferenciada, bem como, o processo desta conquista que foi possível através do movimento da luta indígena na busca por seus direitos. Através deste trabalho buscamos evidenciar a importância da valorização cultural e patrimonial da cultura indígena. Apresentando suas formas de preservação cultural, a partir do viés da experiência e vivência do próprio povo indígena, e não mais, contada a partir da concepção colonial.

Palavras chaves: Museu indígena; Educação diferenciada; cultura

THE MUSEUM EXPERIENCE OF THE PITAGUARY MUSEUM AND THE ITA-ARA SCHOOL

ABSTRACT: In this article we discuss the Pitaguary Indigenous Museum and the Ita-Ara School, we observe the experience of these two institutions and their importance for strengthening the culture of these people. Throughout this text we address the concepts of indigenous museums and their particularities. We also present the differentiated school model, as well as the process of this achievement that was possible through the indigenous struggle movement in the fight for their rights. Through this work we seek to highlight the importance of cultural and heritage appreciation of indigenous culture. Presenting its forms of cultural preservation, from the perspective of the experience of the indigenous people themselves, and no longer, told from the colonial perspective.

KEY-WORDS: Indigenous museum; Differentiated education; culture

INTRODUÇÃO

Os museus indígenas expressam suas próprias formas e linguagens para conceber suas apropriações, e também são reinventadas em cada realidade, pois cada um deles tem sua especificidade. Estes locais são dotados de uma grande diversidade sociocultural de cada povo, que fazem diferentes usos da memória e apropriações das noções de “cultura” e “patrimônio” (GOMES, 2019). O espaço dos museus indígenas representa um lugar de resistência na luta dos povos indígenas no processo de reconhecimento das etnias, demarcação de terras, direito à educação diferenciada, e acima de tudo respeito pela sua história. Trabalharemos a experiência museológica do Museu Indígena Pitaguary junto a escola indígena Ita-Ara, buscando conhecer e refletir sobre a contribuição dessas instituições junto a comunidade Pitaguary, no processo de luta e reconhecimento desse povo. A escola Ita-Ara e o Museu Indígena Pitaguary ficam localizados na aldeia Monguba, na cidade de Pacatuba, Ceará. O povo Pitaguary está localizado em dois municípios do Estado do Ceará, Pacatuba e Maracanaú. Atualmente divide-se em cinco comunidades, “Aldeia Santo Antônio, Aldeia Nova e Central, pertencentes ao Santo Antônio do Pitaguary; Olho d’Água e Horto, estas localizadas em Maracanaú e Aldeia Monguba, em Pacatuba” (FEITOSA, BEZERRA, 2020, p. 59).

O presente trabalho traz um estudo sobre a experiência museológica dos museus indígenas, trazendo a perspectiva de cultura e patrimônio entre os povos indígenas e como este espaço do museu representa seu modo de vida, e como se apropriam e fazem uso de objetos, trabalhando as narrativas contra-hegemônicas. Para trabalhar essa relação entre experiência museológica e escola, também traremos a experiência do povo Kanindé, uma etnia cearense que se localiza em Aratuba, CE. O povo Kanindé trás uma importante narrativa a partir de suas vivências na construção do Museu dos Kanindé que conta com o apoio e participação da Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos. Traremos também alguns conceitos que nos ajudarão a compreender o processo de apropriação dos povos indígenas na luta em ressignificar sua história, saindo do lugar de opressão e apagamento cultural, para obter autonomia e sendo protagonista de sua história, e nada melhor do que trazer esse espaço dos museus, como sendo um lugar de fala e autonomia. As experiências museológicas indígenas surgem de variados processos sociais, convergentes, entrelaçados e polissêmicos. É necessário atentar para como se configura cada experiência museológica indígena nos termos de sua própria realidade, da trajetória histórica do povo em que surge e de suas relações com os

Estados Nacionais (GOMES, 2019). A partir dessa discussão trazemos então o seguinte questionamento: como a articulação entre museu e escola nas comunidades indígenas fortalecem a cultura e a identidade desses povos? Esse será o embasamento deste artigo, para compreender a experiência museológica junto a escola indígena, e seu impacto no fortalecimento da cultura Pitaguary.

Temos como objetivo analisar a experiência museológica do Museu Pitaguary junto a Escola Ita-Ara. O presente trabalho foi realizado a partir de estudos e leituras teóricas, e através de entrevistas com representantes do povo Pitaguary. Temos como motivação a busca por conhecer melhor o modo como os povos indígenas vivem e trabalham o conceito de cultura e patrimônio ressignificando estes conceitos através de suas práticas e vivências.

A divisão do nosso trabalho será feita a partir de sete tópicos, o primeiro tópico aborda sobre os museus indígenas, neste tópico falaremos um resumo dos conceitos principais que precisam ser conhecidos para compreender mais sobre os museus indígenas. O segundo tópico, abordaremos o processo de luta na conquista pela educação diferenciada para os povos indígenas, bem como as Leis que norteiam essa educação diferenciada. No terceiro tópico falaremos sobre a escola e o museu indígena trazendo o exemplo de trabalho em conjunto entre o Museu Canindé e a Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos. No quarto tópico apresentaremos o povo Pitaguary, foco deste artigo. No tópico seguinte apresentaremos o Museu Pitaguary e o processo de criação do museu. No sexto tópico apresentaremos a escola Ita-Ara. No sétimo tópico trataremos a experiência destas duas instituições em conjunto, Museu e Escola. Por fim, realizaremos no último tópico uma reflexão comparativa entre as experiências do Museu dos Kanindé e o Museu dos Pitaguary.

OS MUSEUS INDÍGENAS

Após essa breve introdução, falaremos inicialmente sobre museus indígenas. Para compreender as experiências museológicas indígenas, segundo Alexandre Oliveira Gomes (2019), é preciso refletir sobre esses povos, como se apresentam e de que forma enxergam esse espaço museológico. Para eles, o museu não é somente um espaço físico que expõe objetos que contam uma história, mas também é um lugar que apresenta formas de vida. Gomes (2019), destaca três questões centrais quando se fala em museus indígenas: o debate sobre autonomia, a relação com a cosmologia/espiritualidade e a associação com as mobilizações étnicas. Gomes (2019), diz que é necessário analisar a

visão indígena para seus próprios museus, para aprofundarmos a compreensão acerca dos usos e significados das noções de “cultura” e “patrimônio” nestes processos, que se evidenciam nas apropriações e nos discursos sobre si que eles produzem. Os museus indígenas são locais importantes para compreendermos como eles constroem as noções de memória, tempo, cultura e patrimônio. Nestes espaços, os usos, papéis e dinâmicas da memória relacionam-se com a reinterpretação do passado e com a construção social de referências que legitimam, fortalecem e dão sentido às suas identificações sobre si (GOMES, 2019).

Precisamos entender alguns conceitos que se sobressaem quando falamos em museus indígenas. Algumas dessas noções são, cosmopolíticas da memória, etnomuseografia, ação museológica indígena, apropriação e tradução. Gomes (2019) ao longo de sua tese, fundamenta estas noções, analisando as categorias para entender o processo de criação dos museus indígenas. Para ele, as “noções de etnomuseografia e ação museológica indígena resultaram de um esforço analítico para o amadurecimento de uma perspectiva teórico-metodológica adequada a analisar processos museológicos indígenas”. (GOMES, 2019, p.35) Para que possamos compreender o campo de interações sociais na qual situam-se os museus indígenas, discutiremos os conceitos trabalhados por Alexandre Oliveira Gomes em sua tese. Em um mundo onde a cultura ocidental construiu uma narrativa de apagamento desses povos e etnias, se apropriando das terras e dos seus objetos, Gomes (2019) afirma que se faz necessário analisar a visão indígena para os seus próprios museus, para compreendermos acerca das noções que ressignificam os entendimentos de patrimônio e cultura nestes processos. É preciso analisar o culturalismo de identificação étnica, o sentido político dos variados usos feitos pelos indígenas, como parte dos processos de ressignificação de referenciais que ocorre em museus, pois, ainda de acordo com Gomes (2019), são espaços de construção de sentidos, sobre as noções indígenas de tempo, memória e ao que associam à cultura e ao patrimônio.

Há uma alteração no lugar da construção do discurso museológico dos indígenas no que diz respeito a como os objetos são ressignificados. A noção de ressignificação (Gonçalves 2007), ferramenta de análise da cultura como “variação” e “fluxo de sentido”, é operada para a compreensão dos sentidos dos objetos, e da ação museológica indígena, pois, os objetos possuem sentidos para além da materialidade, em suas relações com as dimensões “invisíveis”. Nos processos museológicos indígenas há um

processo peculiar entre os processos materiais e imateriais que incluem seus Encantados, plantas e animais. Portanto, faz-se necessário compreender esses processos, a partir das relações entre os museus indígenas e a dimensão das cosmologias dos povos nos quais estas experiências ganham sentido: “Nos museus indígenas, os usos, papéis e dinâmicas da memória relacionam-se com a reinterpretação do passado e com a construção social de referências que legitimam, fortalecem e dão sentido às suas identificações sobre si.” (GOMES, p.76, 2019) A construção social e a reinterpretação agregam valores e ressignificações que criam as fronteiras e zonas de interação. Os usos e os objetos ganham significações diversas que representam a força dos povos indígenas, e que fortalecem suas lutas, pois o material se cruza com o imaterial, o que permite manter vivo aquele espaço. Para os indígenas este espaço é uma extensão de suas vivências, experiências e significações.

Alexandre Gomes (2019) cita Paulo Freire (2009), para concordar que os museus indígenas podem contribuir para lembrar da memória perdida e reconstruir formas de vidas destruídas. Os povos indígenas sempre foram mal representados pelos museus nos parâmetros ocidentais, pelos não indígenas, tendo sua história contada a partir de uma narrativa ocidental. Então, esses povos buscaram formular seus próprios museus para também ser agentes organizadores de suas memórias. Retornemos, portanto, há alguns conceitos citados no início do tópico, para melhor compreender a discussão dos museus indígenas. A “tradução”, em James Clifford (*apud* Gomes, 2019), é orientada para o contexto do fazer etnográfico. No protagonismo indígena a tradução evidencia um confronto entre a concepção de “patrimônio” e “museu” no processo de musealização que constroem representações sobre si em um discurso oposto ou em tensão às narrativas oficiais. Gomes (2019), cita Viveiros de Castro (2015) quando discute sobre os artefatos indígenas, defendendo que apesar de serem coisas ou objetos, eles apontam para um sujeito, pois, são como ações congeladas, encarnações materiais de intencionalidade não-material. Os artefatos que compõem os museus indígenas são representações de uma cultura, de uma etnia, que possuem um sentido que não se esgota na sua materialidade.

A etnografia tem uma noção correlata à de ação museológica indígena. Segundo Gomes (2019) a etnografia estimula práticas dialógicas – compreender como a população indígena fortalece práticas de colecionamento voltadas para a criação, crescimento de autorrepresentação, através do desenvolvimento de práticas e discursos

em primeira pessoa. As populações indígenas têm suas formas próprias de preservar e transmitir o que lhes é significativo, se utilizando de práticas orais, ritualísticas, usos dos espaços e dos objetos: “As cosmologias e as formas de mobilização política, se destacaram enquanto fatores de grande influência nas traduções e apropriações produzidas pelos e nos museus indígenas” (GOMES, 2019, p. 155).

Os museus indígenas expressam suas próprias formas e linguagens para conceber suas apropriações, e também são reinventadas em cada realidade, pois cada um deles tem sua especificidade. Estes locais são dotados de uma grande diversidade sociocultural de cada povo, que fazem diferentes usos da memória e apropriações das noções de “cultura” e “patrimônio”. Quando Gomes (2019), traz a discussão sobre cosmopolíticas, ele insere este termo no contexto indígena, refletindo que as cosmopolíticas da memória neste contexto étnico ocorre por meio da construção de narrativas de resistência, materializadas em histórias que expressam a maneira como essas populações reconstroem sua própria historicidade e reinventam suas cultura, escrevendo suas histórias no tempo e reverberando, através da memória, suas práticas de contação de histórias orais, assim permanecendo de geração a geração. Uma característica dos museus indígenas é que enquanto nos demais museus a preservação dos objetos é crucial, a cosmopolítica da memória no contexto indígena revela que os processos de transmissão e aprendizagem podem ter sentido até mesmo no ato de destruição da materialidade.

Considerando as discussões sobre os museus indígenas, buscamos neste trabalho apresentar os conceitos e noções que representam este modelo, que tem sido bastante discutido quando o assunto é museologia. Juntamente com essa discussão apresentaremos a relação dos museus indígenas com a escola indígena.

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E ESCOLAS DIFERENCIADAS

No presente tópico trataremos a discussão sobre o modelo de educação escolar indígena e como ocorreram os processos até chegar neste momento, onde as escolas diferenciadas tem toda uma história de luta dos povos indígenas em busca deste reconhecimento. Rita Gomes Nascimento (2017) fala sobre a escola diferenciada e apresenta as escolas indígenas como um local da cultura, que trabalha a ideia de resistência étnica, que se coloca contra o modelo educativo homogeneizado. As escolas indígenas, portanto, dão exemplo de construção de currículos pluriculturais em respeito às sociodiversidades dos diferentes grupos e povos que formam o nosso país. Segundo

Nascimento (2017), a escola indígena é tida como um lugar de diálogos e de diferentes saberes, que fortalece as lutas do movimento indígena, que luta por reconhecimento e afirmação de suas identidades.

Nascimento (2017) fala sobre duas categorias que estão inseridas nos discursos indígenas sobre a escola e que se refletem no contexto de interação entre indígenas e não indígenas, que são conhecidos como *dentro* e *fora*, que se refere a escola convencional e a escola diferenciada, currículo monocultural e currículo intercultural. Segundo nascimento (2017), essas categorias também se referem ao processo histórico de escolarização dos povos indígenas.

O processo histórico da escolarização indígena é marcado por dois movimentos, *educação escolar para os indígenas* e *educação escolar dos indígenas*. O primeiro, fala sobre as experiências dos indígenas em uma escola regida por um currículo homogeneizado, engessado, dos de *fora*, e o segundo, está relacionado às experiências mais recentes de uma educação escolar orientada por princípios que trabalham a multiculturalidade, respeitam e trazem visibilidade às diferenças e afirmação na defesa das identidades, os chamados de *dentro*. Portanto, afirma Nascimento (2017), a educação escolar para os indígenas é o modelo impositor, alheio às diferenças e particularidades desses povos. Podemos refletir então, que a escola diferenciada possui uma proposta de reconstrução da identidade indígena, trazendo consigo um currículo que busca mostrar a cultura de um povo invisibilizado, que ao longo do tempo foi minando seu poder de fala e expressão. Isso porque, a história nacional conta através dos livros de história os povos indígenas mascarados como se fosse uma história fictícia.

Não podemos deixar de falar do campo do currículo, que segundo Nascimento (2017), não é neutro, mas está implicado em relações de poder, permeado por interesses particulares de determinados grupos, e transmite uma visão interessada. Portanto, o campo do currículo, em especial o das escolas indígenas, diz respeito aos processos simbólicos e ideológicos, permeado de produção, significados e pertencimentos. Portanto, a cultura e identidade nas escolas diferenciadas são as bases para a prática pedagógica e produção de conhecimento. A cultura é uma das bases norteadoras que formulam as propostas curriculares. Nascimento (2017), diz que o resultado da discriminação e analfabetismo dos povos indígenas vem por parte da escola, que traz uma visão homogeneizadora, negacionista das diferenças, excluindo e afastando essas

coletividades do espaço educacional. É a causa da busca por uma escola diferenciada, que não somente ensine a ler e a escrever, mas uma escola que assume o papel de mobilizar discussões, que abordem questões ambientais, culturais, de saúde, territoriais, dentre outras. Uma escola que vai além do comum, além do processo de ensino e aprendizagem, que são norteados por conteúdos restritos aos planos de aula e o livro didático.

O processo de luta dos povos indígenas perpassa muitas barreiras, e uma delas é o direito à educação diferenciada, que permita esses povos se inserirem no processo de aprendizagem levando em conta sua experiência cultural. Dessa forma Lucia Gouvêa Buratto (2007), traz a educação escolar indígena na legislação e os indígenas com necessidades educacionais especiais. Estamos a 500 anos de um processo de educação escolar implantado pelo colonizador, e durante este período os indígenas foram obrigados a se catequizar, deixando sua cultura e costumes de lado, para receberem de forma cruel uma cultura diferente da sua, que nada tinha a ver com seu modo de vida. A justificativa para tal ato era “civilizar”, tornar os indígenas à altura da sociedade dominante, negando suas identidades diferenciadas e impondo-lhes valores alheios.

Os povos indígenas desde o processo inicial de colonização tiveram acesso à educação escolar, inicialmente através do catecismo, e essa educação sempre esteve ancorada em uma legislação que, segundo Buratto (2007), durou séculos, não levando em consideração toda a diversidade cultural, a cosmologia e as práticas sociais tradicionais. Segundo Buratto, antes da Constituição de 1988, houve o SPI (Serviço de Proteção aos Índios), criado pelo Decreto nº 8072, de 20/07/1910 através do Presidente Nilo Peçanha. Em seguida nasce a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) criada em 1967 para substituir o SPI, onde foi criado o modelo de educação bilíngue, que resumidamente é um indígena domesticado, subalterno trabalhando para facilitar o processo de alfabetização dos indígenas de acordo com os parâmetros do colonizador.

“A grande mudança verificada no Brasil foi com a atual Constituição, promulgada em 5 de outubro de 1988, que dedicou, à questão indígena, um capítulo específico, intitulado (Dos Índios), inserido no Título III “Da ordem Social”. O artigo 231 assim afirma: “São reconhecidas aos índios suas organizações sociais, costumes, língua, crenças e tradições e o direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos seus bens.” (BRASIL, 1988, apud Buratto, 2007, p. 6-7).

A Constituição de 88 foi um grande salto na luta dos povos indígenas por seus direitos, que outrora foram retirados, mas isso não significa que tudo mudou. Na prática os direitos dos povos nativos permaneceram somente no papel por longos anos, mas aos

poucos a luta iria ganhando força e visibilidade. A Constituição Brasileira de 1988 garantiu não só o direito de permanência indígena e a manutenção de sua identidade cultural, mas possibilitou que a escola indígena se tornasse um instrumento de valorização das línguas, dos saberes e das tradições indígenas (BURATTO, 2007). As escolas indígenas se tornariam grandes aliadas e lugares de afirmação na luta dos povos indígenas pelo reconhecimento, afirmação de sua cultura e reverberação dos saberes e costumes de seu povo através da educação diferenciada.

O responsável sobre a oferta da educação escolar indígena com o Decreto Presidencial nº 26, de 1991 é do Ministério da Educação - MEC. Essa função foi, nas três décadas anteriores à Constituição, atribuída ao órgão tutor, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI. O MEC criou a Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas e, para assessorar essa instância, instituiu o Comitê de Educação Escolar Indígena, composto por indígenas, antropólogos, linguistas e técnicos de diversos órgãos do governo. Esse Comitê, que assessorou o MEC na definição da política nacional de educação escolar indígena, foi substituído por uma Comissão Nacional de Professores Indígenas, formando, assim, o primeiro órgão composto por índios para o assessoramento da União (BURATTO, 2007). A Lei de Diretrizes e Bases foi aprovada pelo Congresso Nacional, em 17 de dezembro de 1996, e promulgada no dia 20 de dezembro do mesmo ano.

O material didático produzido pelos professores indígenas, a partir de valores, concepções e conhecimentos étnicos, fortalece a escola indígena, valoriza e incentiva seus professores. Porém, para se elaborarem materiais adequados à aprendizagem das crianças, são necessários: formação, assessoria e recursos que ainda não foram disponibilizados. Os direitos estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e nas legislações subsequentes enfatizam que a educação escolar indígena deverá ter um tratamento diferenciado em relação às outras escolas do sistema, determinado pela prática da interculturalidade e bilinguismo, porém esses encaminhamentos, além de não estar bem discutidos e compreendidos, estão distantes de se efetivar na prática, vários são os entraves burocráticos que adiam o cumprimento da legislação. (BURATTO, 2007, p.11)

O que tem escrito na Lei fala sobre uma educação de qualidade, que possa assegurar os direitos dos povos indígenas, mas sabemos que na prática nem sempre é a realidade dessas escolas. São muitos percalços para serem enfrentados. O Plano Nacional da Educação, promulgado em 9 de janeiro de 2001, reconhece a diversidade cultural dos povos indígenas e a reafirmação dos direitos já contidos nas legislações anteriores. Além da Constituição Federal de 88 e a LDB (Lei de Diretrizes e Base), existe um conjunto de decretos, leis e normas que regulamentam os direitos dos povos indígenas no Brasil, entre eles, temos o Estatuto do Índio. Os povos indígenas

continuam lutando e exigem que seus direitos sejam consagrados em um novo Estatuto. O Estatuto do Índio, Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, ainda em vigor, contém dispositivos em relação à educação escolar indígena que traz a pretensão de integrar os povos originários à comunidade nacional. O novo estatuto criado está há anos engavetado, aguardando no Congresso Nacional, à espera de vontade política para ser aprovado. Sabemos que muitos dos direitos indígenas permanecem ainda no papel, sem que haja um efetivo cumprimento do que consta como direito indígena (BURATTO, 2007).

A ESCOLA E O MUSEU INDÍGENA: UM BREVE RELATO DA EXPERIÊNCIA DO POVO KANINDÉ DE ARATUBA-CE

Após apresentar um pouco dessas instituições que são os museus indígenas e a escola indígena, falaremos sobre a relação entre o museu indígena e a escola indígena e como essas instituições se relacionam em conjunto, de forma a se tornarem espaços de representações e significações na luta pelo reconhecimento de direitos dos povos indígenas. Um exemplo de parceria entre estas duas instituições é o povo Kanindé que fica localizado em Sítio Fernandes, no município de Aratuba, no Ceará. Alexandre de Oliveira Gomes (2019) realizou uma pesquisa etnográfica sobre museologia indígena junto ao povo Kanindé com o intuito de analisar todo o processo de criação do museu, entender a relação do povo Kanindé com suas memórias e modos de vida. Esse trabalho ocorreu em conjunto com a Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos:

Entre março e agosto de 2011, durante a pesquisa de campo do mestrado, desenvolvemos uma série de ações museológicas participativas enquanto métodos para estimular uma maior dinamicidade na interação social da observação participante. Estas ações colaborativas propiciaram também a coleta/produção de dados, em meio à uma pesquisa sobre objetos e a organização da documentação museológica das peças, através da realização de um inventário participativo. Este trabalho técnico foi feito junto com um grupo de jovens estudantes da Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos, formados nesse contexto e que passaram a atuar nos anos seguintes como integrantes do Núcleo Educativo-Pedagógico do museu. A partir dali, passamos a delinear a noção de etno museografia. Praticava, naquele momento, intuitiva mas intencionalmente, o cerne do que está sendo proposto enquanto tal, formulando um conceito a partir de uma sólida base empírica, fundamentada reflexões sobre as práticas sociais e os discursos sobre museus indígenas efetuados pelos protagonistas destes processos, cujas trajetórias acompanhamos ao longo dos anos. (GOMES, 2019, p. 29).

A Escola Kanindé participou ativamente do processo de pesquisa para a elaboração de um inventário participativo dos objetos do Museu do cacique Sotero como era conhecido por alguns da comunidade. O Museu dos Kanindé foi criado pelo Cacique José Maria Pereira dos Santos, o Sotero, por volta de 1996, onde vem sendo

preservada a memória e onde estão expostos instrumentos de caça, dança e parte dos animais caçados pela comunidade, retratando a existência desse povo (SANTOS, 2016). A escola no período de mobilização do inventário participativo do Museu dos Kanindé, estreitou muito mais os laços, através da presença do etnógrafo Alexandre Gomes (2019), que através de sua pesquisa, possibilitou a realização de cursos junto aos professores e alunos da escola, de forma que pudessem compreender mais sobre sua história e cultura, tornando crescente o interesse de toda a aldeia em conhecer mais sobre si.

Atualmente o acervo do Museu Indígena Kanindé vem aumentando quantitativamente, totalizando 430 peças já catalogadas, sem contar o acervo documental e bibliográfico (Gomes, 2012). A instituição encontra-se filiada ao Sistema Brasileiro de Museus (SBM), do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), e também ao Sistema Estadual de Museus do Ceará (SEM-CE), da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, integrando também a Rede Cearense de Museus Comunitários (RCMC), articulação através da qual vem realizando várias ações e parcerias. (SANTOS, 2016, p. 158)

O Museu Indígena dos Kanindé vem realizando um trabalho importantíssimo de salvaguarda de suas memórias, estando em constante atividade por meio do grupo núcleo educativo e pedagógico de estudantes da Escola Indígena que trabalha em parceria com o Museu, de forma pedagógica, trazendo um ambiente educativo de forma que essas duas instituições museu e escola andem lado a lado.

A breve exposição do museu Kanindé e a relação com escola, além de evidenciar uma complementação entre estas duas instituições que abordamos anteriormente, serve como base comparativa e ponto de partida para a discussão sobre a experiência do povo Pitaguary, foco de nossa análise e que será apresentado a seguir.

POVO PITAGUARY

O povo Pitaguary está localizado em dois municípios do Estado do Ceará, Pacatuba e Maracanaú. Atualmente divide-se em cinco comunidades, “Aldeia Santo Antônio, Aldeia Nova e Central, pertencentes ao Santo Antônio do Pitaguary; Olho d’Água e Horto, estas localizadas em Maracanaú e Aldeia Monguba, em Pacatuba” (FEITOSA; BEZERRA 2020). Em 1722, foi registrada a sesmaria doada aos indígenas Pitaguary e em 1854, representados por Marcos de Souza Cahaíba Arco Verde e mais 21 índios que por intermédio do Vigário Pedro Antunes de Alencar Rodovalho, registram o sítio chamado de Pitaguary, ficava situado nas cabeceiras do Rio Pitaguary, na freguesia de Maranguape (Feitosa, Bezerra, 2020 *apud* BARBOSA, 2019). Esse foi o início de organização do povo Pitaguary, grande parte da terra indígena está localizado no distrito

industrial em constante crescimento em Maracanaú, o que também preocupa são a especulação imobiliária no entorno e a invasão de suas terras (BARBOSA, 2019)

Segundo o Memorial da Cultura Cearense (2007), em 1991 os Pitaguary iniciaram uma articulação política afirmando sua identidade étnica e a busca pela garantia de seus direitos. O povo Pitaguary era consciente de seus direitos constitucionais, então intensificaram a luta por demarcação de suas terras e reconhecimento. Portanto, começaram a se organizar através de movimentos e criaram o conselho indígena Pitaguary (COIPY). Com o crescimento do conselho foram criados o Conselho de Articulação Indígena Pitaguary - CAINPY, o Conselho Indígena Pitaguary de Monguba - COIPYM, Associação dos Produtores Indígenas Pitaguary - APIPY, a Articulação das Mulheres Indígenas Pitaguary - AMIPY e o Conselho dos Professores Indígenas Pitaguary - COIPY. Na Aldeia Monguba, em Pacatuba, foi criada a Casa de Apoio para reuniões, encontros e realização de atividades culturais (MEMORIAL DA CULTURA CEARENSE, 2007).

O processo de luta até a demarcação de terras do povo Pitaguary durou anos, mas sua força e resistência, os fizeram persistir. O Memorial da cultura Cearense (2007) afirma que as terras indígenas Pitaguary foram, então, identificadas e delimitadas, totalizando 1.735,60 hectares, dos quais, num primeiro momento foram retomados apenas 107 hectares que até então estavam ocupados pela Polícia Militar do Ceará. Com o passar dos anos o povo Pitaguary já recuperou mais 700 hectares do total que condiz às terras indígenas. Feitosa e Bezerra (2020), descrevem que a Terra Indígena (TI) Pitaguary foi declarada como de posse permanente do povo indígena Pitaguary por meio da Portaria nº 2.366 do Ministério da Justiça, de 15 de dezembro de 2006. A portaria indicou a demarcação das terras a ser feita pela FUNAI e a posterior homologação pela Presidência da República, entretanto a homologação ainda não foi efetivada.

Os Pitaguary fazem parte das 14 etnias que existem no Ceará, onde todas essas etnias juntas formam 22.006 indígenas, de acordo com dados do SIASI/SESAI/MS. A região do Nordeste tem diversos grupos reivindicando reconhecimento oficial de suas identidades. Referente ao nome Pitaguary, o Pajé Barbosa, grande liderança indígena dos Pitaguary, afirma que significa "comedores de Camarão". Para Barbosa (2019), os antepassados que viviam aqui, se alimentavam do camarão Pitú, que descia da Ponta da Serra do Pitaguary. Pitaguary é, possivelmente, um termo derivado do nome Potiguary,

etnia que teria ocupado em 1603 as terras na costa cearense. A luta dos povos Pitaguary pela sua terra é contínua, uma vez que o território sofre frequentes tentativas de invasões. No processo de luta pelo território Pitaguary mesmo após a Lei das Sesmarias, por causa das brechas na Lei, a terra permaneceu sendo invadida por invasores:

A luta indígena, no entanto, continuou e uma das formas de resistência eram os ofícios enviados a vários órgãos da Província. Em 2 de janeiro de 1864 o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, ao ter ciência dos fatos ocorridos nas terras Pitaguary, determina que:[...] se providencie sobre a repressão dos abusos cometidos pelo posseiro do terreno denominado ‘Pitaguary’ situado no perímetro da sesmaria de Mecejana que não só tem usurpado pela terra pertencentes ao Domínio Nacional, como também empregado ameaças e perseguições contra os índios. (BARBOSA, 2019, p.59).

A luta dos povos indígenas pelo seu território é uma das grandes batalhas enfrentadas pelo movimento indígena em toda a sua história, desde que os colonizadores invadiram suas terras, os retirando de seu lugar de pertencimento, não levando em conta a importância que a terra tem para estes povos. Em relação ao mapeamento étnico dos Pitaguary, é importante apontar os Potiguaras, os quais, segundo a FUNAI, fazem parte dos povos da família linguística tupi-guarani do tronco linguístico tupi, e que, junto aos Cariri, povoaram o território do Ceará (BARBOSA, 2019). Barbosa (2019) em seus estudos afirma que os moradores mais velhos da Aldeia Munguba diziam que eles não poderiam se identificar como indígenas, pois, os fazendeiros da região os matavam. Esse discurso é muito repetido durante toda a história dos povos indígenas. Com relação a estes depoimentos, Barbosa (2019) cita Vieira (2002), que situa as narrativas e memórias Pitaguary em dois tempos: o passado, de negação da identidade indígena, referido como ‘cativeiro’ e também tempo de conflitos com fazendeiros; e o presente, visto como ‘tempo de luta’, de afirmação dessa identidade.

Podemos perceber muitas lideranças mulheres que representam o povo Pitaguary, além das já citadas acima, tem outros nomes: Ceiça Pitaguary, Madalena Pitaguary, Clécia Pitaguary, Rosa Pitaguary, Francilene Pitaguary, Nadya Pitaguary e Vanessa Pitaguary. As mulheres possuem grande influência nas decisões dos conselhos que representam o povo Pitaguary. O território representa muito para o reconhecimento e fortalecimento da cultura e identidade de um povo, para os Pitaguary as suas terras são um dos elementos constitutivos de suas identidades (BARBOSA, 2019).

O MUSEU INDÍGENA PITAGUARY

O Museu Indígena Pitaguary está situado no território da Serra da Monguba (Terra Indígena-TI), no Município de Pacatuba. Foi reconhecido em 2011, a partir do Programa Pontos de Memória, do IBRAM (BARBOSA, 2019, p. 63). A localização do Museu Indígena Pitaguary é na Aldeia Monguba, Pacatuba – Ceará. De acordo com Yasmine Martins Barbosa (2019), onde atualmente se encontra o Museu já foi escritório da empresa da pedreira *Britaboa*, e atualmente o povo Pitaguary trava uma batalha judicial para permanecer nessas terras, pois, mesmo após a demarcação de terra pela FUNAI, o povo Pitaguary luta para retomar suas terras e ainda aguarda a homologação do território.

Segundo Barbosa (2019), a ideia de criação de um Museu surgiu da necessidade da salvaguarda de um acervo de cunho material dentro da TI. Advém da influência do projeto Historiando, realizado pelo antropólogo Alexandre de Oliveira Gomes e pelo historiador João Paulo Vieira Neto, que possuem atuação massiva na criação de museus indígenas no Nordeste, principalmente no Ceará, e lecionaram diversos cursos de Museologia Social, voltados para os Povos Indígena. O acervo que é apresentado no Museu veio de exposições da Casa de Apoio, que é um ponto de encontro na luta do povo Pitaguary ao longo dos anos em busca da retomada de suas terras demarcadas, e também luta por saúde, conhecimento, educação diferenciada e tantas outras causas que lutam o povo Pitaguary.

O Pajé Barbosa foi um dos grandes representantes do povo indígena e que também fez parte da criação do Museu Indígena Pitaguary. A liderança faleceu em 8 de dezembro de 2022, sendo seu nome de registro Raimundo Carlos da Silva. Ele dedicou sua vida ao conhecimento do sagrado e da espiritualidade, também era defensor das ervas medicinais e para o seu povo era um grande médico da medicina tradicional e que se dedicou à luta na defesa territorial do povo Pitaguary. Segundo Barbosa (2019) o local onde se encontra o museu, já foi sede da pedreira já citada acima, mas o Pajé Barbosa conta que naquele lugar já moraram seus antepassados. Os Pitaguary vinham enfrentando desde 2011, uma batalha judicial sobre a reativação da pedreira *Britaboa* nas serras que limitam e compõem a terra indígena de Monguba. Este local é território indígena e possui significações muito importantes para os Pitaguary, como sendo lugar de moradia de seus antepassados:

O acesso à terra e o direito ao território continuam sendo alguns dos principais geradores de conflitos para a etnia. Mesmo já tendo suas terras demarcadas pela FUNAI por meio da Portaria nº 2.366 de 15 de dezembro de 2006, tendo

em vista o disposto no Decreto nº 1.775 de 8 de janeiro de 1996, o processo de regularização fundiária (a sua homologação) ainda tramita na justiça. Uma grave consequência disso é a falta de critério e controle sobre a instalação e o funcionamento de grandes empreendimentos na área.(BARBOSA, p 66 2019)

Por iniciativa da indígena e liderança, Clécia Pitaguary, que foi pessoalmente questionar os responsáveis pela empresa sobre a utilização do espaço que é considerado TI pelos Pitaguary e, após a resposta preconceituosa e violenta, afirmando “que ali não existia indígena, e que se existisse, eles iriam acabar com eles”, ela própria mobilizou a população para ocupar o espaço (BARBOSA, 2019). O Museu Pitaguary tem em seu acervo 158 itens divididos por categorias, são elas :

1.0 Coleção Botânica (MIP.CB) - composta por sementes, folhas e flores em exposição no Museu, o horto de plantas medicinais em sua totalidade de plantas e a APA da Reserva da Aratanha.

Figura 1 - Semente de Mulungu



Fonte: Rosa Pitaguary

Figura 2 - Semente de Giriquíti



Fonte: Rosa Pitaguary

2.0 Coleção de Fotografias (MIP.CF) - composta pelas fotografias de diferentes autorias pertencentes ao Museu.

3.0 Coleção de Barro (MIP.CBA) composta por vasos, pratos, panelas, entre outros.

Figura 3 - objetos feitos de barro



Fonte: Rosa Pitaguary

4.0 Coleção de esculturas (MIP. CE)-composta por esculturas de diversos materiais presentes no Museu.

5.0 Coleção de utensílios de caça (MIP. CUC) -composta por arco e flechas, bordunas, lanças e facas do Museu.

Figura 4 - lanças e facas que eram usadas para a caça.



Fonte: Rosa Pitaguary

6.0 Coleção de Cestarias (MIP.CC)-composta por cestas, peneiras, e bolsas de palha.

7.0 Coleção de pedras (MIP.CP) - composta por rochas encontradas na TI.

8.0 Coleção Ritualística (MIP. CR)- composta por cachimbos, fumos, colares entre outros objetos usados em rituais de pajelança.

9.0 Coleção de Adornos (MIP.CA) - composto por Cocares, saias de palha, brincos de pena, faixas de pena entre outros.

10.0 Coleção de tapeçaria (MIP. CT) - composta por tapetes do Museu.

11.0 Coleção de utensílios de cozinha (MIP. CCU) - composta por conchas de sopa, cumbuca, potes de madeira entre outros.

12.0 Coleção de ossadas (MIP. CO) - compostas por diversas ossadas de animais encontradas na TI.

As coleções receberam os respectivos códigos numéricos e um número de registro para cada particularidade de coleção, visando à sua identificação. A criação do número de registro estabeleceu uma ordenação que facilita o acesso à informação, pois esse acesso pode ser usado pelos gestores como uma documentação funcional do acervo. Segundo Barbosa (2019), o objetivo era fazer um inventário comunitário, processo que foi iniciado durante sua dissertação, mas até o final dela, ainda estava sendo difundido entre os agentes do Museu.

Na visão dos representantes do Museu, segundo Barbosa (2019), o Museu Pitaguary se configura como um ecomuseu, museu de território, pois, para eles todo seu território, como tapera velha e tudo o que conta a sua história é museu. Os ecomuseus começaram a ser conceituados segundo Barbosa (2019) depois da IX Conferência Geral do ICOM (1971). Logo, o modelo de ecomuseu integra projetos museológicos muito diversificados, associados também aos conceitos de “museu de comunidade” e de “museu de território” (BARBOSA, 2019). Ao longo do tempo o termo ecomuseu foi se adaptando a diversas variações de conceitos, tendo relação com o meio ambiente. A 3ª geração de ecomuseus, pode ser datada no final dos anos 1970, quando surgem pequenas quantidades de ecomuseus, que gradativamente se vão definindo como ecomuseus comunitários, aqueles que contam com a participação da comunidade em sua criação, se opondo ao modelo de instituição onde a participação da população era ainda escassa.

Em conversa com uma das representantes Pitaguary – Rosa da Silva Souza, de nome indígena Iandara, que significa “metade do dia, a hora que o sol brilha mais forte – , ela nos falou que é a responsável pelo Museu Indígena Pitaguary que recebe visitantes que querem conhecer melhor a história do povo Pitaguary na aldeia Monguba:

O Museu Indígena foi criado em 2007 a partir de uma grande exposição que foi realizada. Na verdade a gente não via como Museu, nós víamos um espaço, que era a Casa de Apoio que foi formada em 2004 para realizar as exposições, que duravam por volta de um mês com determinados artefatos, e depois íamos trocando. E aí um colega da gente chegou e falou que o Museu era lindo e que o que nós fazíamos era museologia. Para nós o Museu Indígena é todo o nosso território, porque às vezes a gente andando encontra uma tapera velha de alguma família do nosso povo, e aquele local conta uma história.” (Rosa Silva Souza 2021).

O espaço do Museu Indígena infelizmente encontra-se fechado desde o início da pandemia, portanto, não temos mais acesso à visitação. Com a pandemia, todos os espaços que recebiam aglomerações de pessoas foram proibidos de funcionar normalmente, somente os serviços mais necessários estavam funcionando normalmente, com isso, o espaço parou suas atividades por um tempo. Segundo Barbosa (2019), o Museu havia retirado todo o seu acervo para a Casa de Apoio, enquanto o inventário comunitário estivesse sendo projetado. Então o espaço, deu lugar a cursos sobre museologia indígena, onde havia um grupo de crianças, adolescentes e jovens que eram monitores do Museu, que estavam se capacitando através destes cursos. A responsável por coordenar toda a organização museológica é Rosa Pitaguary. No período de funcionamento do Museu Pitaguary o trabalho era realizado junto à comunidade, tendo a escola Ita-Ara como grande aliada nesta parceria de difusão da cultura indígena. Essa parceria entre museu e escola contribuiu para o resgate da cultura do povo Pitaguary, uma vez que, segundo Barbosa (2019), com o passar dos anos as crianças e jovens vinham perdendo o costume de contar a história oral dos mais velhos aos mais novos.

A ESCOLA INDÍGENA ITA-ARA

A escola indígena Ita-Ara está localizada na aldeia Munguba, em Pacatuba – CE, uma escola com educação diferenciada que atende desde a Educação Infantil, Ensino Fundamental, médio e também tem o EJA (Educação de Jovens e Adultos) com um currículo diferenciado. Segundo José Benício Silva Nascimento (2019), a escola é considerada pela comunidade Pitaguary mais do que um mero espaço de formação, onde seus filhos vão apenas para estudar e aprender o conhecimento dos não indígenas, mas sim como uma peça fundamental para a preservação e manutenção dos saberes tradicionais desse povo.

A criação da escola indígena da Monguba ocorreu a partir da necessidade dos indígenas de ensinar a população da localidade. Entretanto, o intuito foi, além do objetivo de alfabetizar, poder adicionar aos conteúdos tradicionais, histórias e costumes

da comunidade (OLIVEIRA, 2016). A necessidade de uma escola indígena diferenciada, surgiu por episódios de discriminação dos alunos da escola regular, contra os alunos das etnias indígenas. A escola diferenciada possui um currículo diferenciado proporcionando além do direito à educação básica, também inserir no currículo escolar, os conhecimentos étnicos destas populações.

Para a construção da escola indígena dos Pitaguary de Monguba, o Governo Federal investiu, em 2002, recursos na Escola Municipal Maria de Sá Roriz, de modo a contemplar essa população com as novas incumbências do Ministério da Educação (MEC) e do Plano Nacional de Educação (PNE). Foram construídas e mobiliadas duas salas de aula para a etnia. Além disso, destinou-se recurso federal especificamente para a alimentação dos alunos Pitaguary. Estas duas salas eram exclusivas para os alunos da etnia e funcionavam no contraturno das turmas de 3º ao 5º ano. (OLIVEIRA, p.60, 2016)

Contudo, houveram conflitos, a discriminação e preconceito aumentaram significativamente, tanto por parte do núcleo gestor, quanto por parte dos alunos, que viam os alunos indígenas com suas pinturas e adornos e faziam chacota. Oliveira (2016) cita algumas hostilizações pelos primeiros professores indígenas da Monguba: a falta de receptividade praticada pela gestão da escola para com a educação diferenciada e os professores indígenas; a não aceitação das atividades da cultura dos Pitaguary; e a não distribuição da alimentação destinada aos alunos. A compra do terreno para a construção da escola ocorreu em 2007, mas a conclusão da obra se deu em 2009, ano de sua fundação. A Escola está localizada fora do território demarcado dos Pitaguary.

Figura 5 - Escola Indígena Ita-Ara



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Sobre a disposição do espaço físico da Escola, as salas de aula foram posicionadas defronte ao pátio em formato circular, onde, em eventos especiais, como na semana do dia do índio e nas sextas culturais, dança-se o Toré. As salas de aula possuem o formato circular, inclusive dentro das salas de aula, as carteiras dos alunos são colocadas uma ao lado da outra em formato circular. O modelo da escola faz lembrar um Cocar. O quadro de professores e funcionários é quase em sua totalidade indígenas, com relação ao quadro de alunos, a escola é aberta a toda a comunidade, tanto os alunos indígenas quanto não indígenas podem se matricular.

Entrevistamos uma das lideranças do povo Pitaguary, onde ela fala sobre a escola indígena, descrevendo como uma vitória, oriunda do processo de luta do povo Pitaguary:

A escola indígena foi uma grande luta, nossa primeira professora indígena que nós tivemos aqui foi a minha mãe. Ela se chamava Maria Eclena, foi a primeira professora indígena, ela ensinava muito antes da identificação do nosso povo, ela já ensinava as crianças debaixo de um pé de mangueira com umas mesas de tábua. E depois que saiu a nossa identificação a gente começou a lutar por essa escola que hoje a gente tem aqui. (Rosa Pitaguary, 2021)

A Rosa Pitaguary é liderança da aldeia Munguba, representante do Conselho Nacional de Política Indigenista e responsável pelas atividades culturais da aldeia. É professora de cultura, onde atua voluntariamente junto ao seu povo, no resgate de sua cultura, mantendo viva através da história oral e das atividades realizadas na aldeia, o seu modo de vida e história indígena. “E hoje está aqui, nós temos a nossa gestão escolar da escola que é indígena, porque a gente acha importante que os nossos filhos e netos venham aprender com nós mesmos, até porque nós sabemos da nossa cultura, nós sabemos da nossa história” (Rosa Pitaguary, 2021)

RELAÇÃO DA ESCOLA INDÍGENA ITA-ARA E O MUSEU INDÍGENA PITAGUARY

A instituição escolar é crucial na vida de qualquer ser humano, para que o indivíduo passe a viver socialmente entendendo os processos sociais, os modos de vida e costumes de sua comunidade e do grupo a qual pertence. A escola indígena Ita-Ara é considerada por essa comunidade mais de que um mero espaço de formação, onde seus filhos não vão apenas para estudar e aprender o conhecimento dos não indígenas, mas sim como uma peça fundamental para a preservação e manutenção dos saberes

tradicionais desse povo. Segundo Nascimento (2019), o Museu Pitaguary surgiu em 2004, como um símbolo de luta e resistência do povo Pitaguary, e reuniu em seu acervo objetos que se ressignificam para representar a memória e patrimônio do povo indígena. Mas além dos objetos físicos, como Gomes (2019) discorreu, no contexto museológico indígena, não só os objetos físicos representam a história de um povo étnico, mas transcende para a esfera imaterial espiritualizada, onde os espaços e territórios criam vida e abrigam a presença dos Encantados.

Dessa forma, buscamos neste trabalho, entender sobre a relação dos povos Pitaguary frente a essas duas instituições de grande peso para o processo de luta dos povos Pitaguary. A relação entre o Museu e a escola existe, mas atualmente o Museu está em processo de reorganização na busca pelo inventário comunitário. Mas traremos alguns relatos de como ocorre essa parceria. Em entrevista com uma liderança do povo Pitaguary, ela nos falou que o museu conta com o auxílio de monitores de faixa etárias diferentes com crianças, jovens e adolescentes, todos da comunidade Pitaguary que realizaram cursos sobre museologias para melhor se inserir neste contexto. Esses monitores são da Escola Ita-Ara, que levam as experiências do Museu para dentro da escola, e na escola já houveram várias oficinas que trabalham a culinária, as vestimentas, os adereços de brincos, colares, pulseiras, também instrumentos que são usados nas danças como o Toré e adereços como Cocá.

Parte da construção do acervo do Museu foi em colaboração com a escola, uma vez que o museu realizou muitas exposições:

Na Aldeia de Monguba, a questão da cultura faz-se presente na vida dos indígenas e, aos poucos, estão resgatando as tradições mais antigas a partir dos relatos dos mais velhos. Os indígenas participam de manifestações culturais e artísticas como a dança do toré, realizada tanto pelo Pajé Barbosa, como pelos professores indígenas e os alunos da escola Indígena ITAARA; a confecção de artesanatos como cocás, maracás e saias de palha; as exposições e reuniões na Casa de Apoio; as práticas de medicina nativa e construção do horto de plantas medicinais. Participam também de manifestações religiosas (rituais ligados às festas da Caipora, Cabocla, do Milho e dos Boiadeiros, dos Pretos-Velhos, da Pajelança, Exus) e políticas (reuniões sobre a questão do movimento político-social Pitaguary) e sobre a reterritorialização como a ocupação da Pedreira e a construção do Museu Indígena Pitaguary. (BARBOSA, 2019, p. 64).

Em pesquisa com pessoas que participaram do processo de constituição do Museu Pitaguary, contam que a ideia de museu surgiu das exposições que eram realizadas na Casa de Apoio, local onde são realizadas atividades culturais. Este é um espaço de diálogo, onde são articulados projetos entre o povo Pitaguary. E desde a

criação do Museu que iniciou estas exposições, a escola indígena Ita-Ara vem tendo essa parceria junto ao Museu. Na escola há o Núcleo Gestor, que é a escola e o Museu indígena, que trabalham juntos no fortalecimento da cultura, da identidade e tradição do povo Pitaguary. O objetivo é mostrar a importância dessa parceria para as pessoas e trazer esse sentimento de pertencimento aos alunos, mostrando também que o Museu não é só um prédio de quatro paredes, mas que o Museu para os Pitaguarys é todo o seu território. Para isso se faz necessário trabalhar a museologia indígena junto da escola, sendo esta instituição um lugar de disseminação de saberes e fortalecimento da cultura deste povo.

De forma mais detalhada podemos citar algumas atividades realizadas na escola em parceria com o museu, são elas, oficinas de artesanato, onde os alunos da escola aprendem a produzir objetos que representam a cultura indígena. Outro tipo de oficina realizada na escola em parceria com o museu, é a de ensinar aos alunos desde crianças a fazer a comida tradicional da comunidade. Além disso, também participam de oficinas que ensinam sobre os saberes da medicina tradicional. Há também a noite cultural que é uma das festas tradicionais do povo Pitaguary. No processo de organização das exposições que ocorrem no Museu, os alunos participam sendo os monitores, onde eles recebem visitas de outras escolas, principalmente no mês de abril. Estes alunos monitores, apresentam os saberes, a cultura do seu povo, que já aprenderam através da oralidade com os mais velhos. Não poderia deixar de citar o Toré que é realizado dentro da escola, além das aulas de campo, onde os alunos visitam o território indígena, conhecem os pontos importantes para sua cultura, como os caminhos, que chamamos de veredas, por onde caminhavam os troncos velhos do seu povo. Outra atividade importante nesta parceria, é o trabalho realizado com os idosos, em que os jovens que fazem parte do museu participam também dessas atividades, que são acolher os idosos, ouvir suas histórias e aprender com o conhecimento deles. Essa atividade também está ligada à questão museológica, pelo fato de serem os troncos velhos patrimônio para o povo Pitaguary. Esses conhecimentos são importantes de serem repassados, para que desde a mais tenra idade possam conhecer suas histórias e culturas. Então se faz muito importante que os alunos tenham dentro da escola essa relação com o museu indígena e suas práticas culturais, uma vez que todo o território Pitaguary, é considerado museu para o seu povo, pois todos aqueles caminhos representam uma história que permanece viva.

Apesar do prédio do Museu não estar ativo no momento, com exposições e aberto para visitas, as exposições continuam ocorrendo em períodos específicos. Por exemplo, este ano (2024), no mês de abril e maio, houve a exposição de Benício Pitaguary, que foi um artista plástico que muito contribuiu na luta do povo indígena Pitaguary e um dos autores que dialogamos neste artigo. Essa exposição foi realizada com o apoio do Museu indígena Pitaguary e do Sobrado Dr. José Lourenço. A temática da exposição foi “Somos Todos Parentes - Benício Pitaguary”, onde apresentou 15 obras do artista, que foram recriadas por membros da Juventude Indígena Pitaguary, contendo pertences pessoais do artista juntamente com suas obras. Para o povo Pitaguary é importante celebrar o legado de Benício Pitaguary, pois, mesmo após encantar-se em 2022, continua a inspirar a arte e a cultura indígena. A exposição ocorreu na aldeia Munguba, na casa de apoio Pitaguary. Esta exposição contou com a participação integral dos alunos da escola Ita-Ara no seu processo de criação e organização em que os alunos da escola participam como monitores daquele espaço, bem como, aprendendo mais sobre seus antepassados.

O Museu Indígena Pitaguary reúne tipologias da museologia social com sala disposição, reserva técnica, biblioteca, salão de eventos e rituais, casa de apoio, cozinha comunitária, museu de território e ecomuseu com trilhas ecológicas. Na coordenação do museu está a Rosa Pitaguary, como vimos, mas sendo também gerido pelo grupo da Juventude Indígena Pitaguary da aldeia Monguba. No momento o prédio está em processo de reforma, por isso, não está sendo possível a visita ao Museu, o motivo de ainda não ter retornado ao funcionamento normal após a pandemia, é justamente por falta de recursos externos, governamentais, pois, as lideranças do povo e a juventude indígena é quem se reúnem e buscam montar as exposições, que limpam e organizam o espaço. Inclusive, pela primeira vez, o Museu está concorrendo ao prêmio de culturas indígenas, para o fortalecimento desse espaço que é muito importante para o fortalecimento da luta do povo indígena Pitaguary. Portanto, o espaço do Museu em si está previsto para retomada de atividades normais no ano de 2025, por volta do mês de março. Mas durante o período pós pandemia as experiências museológicas mantiveram-se vivas através de exposições que são realizadas em determinados períodos do ano em articulação com a escola, como vimos. Isso mantém vivo o fortalecimento da cultura indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já citado em tópicos anteriores, o povo Kanindé valoriza bastante sua história e sua cultura, podemos perceber isso através das mobilizações da comunidade em colocar em evidência essa história, valorizando o patrimônio cultural de sua aldeia. Uma das formas de valorização de sua cultura é o Museu dos Kanindé, que descrevemos todo o processo de criação e construção do acervo museológico com a ajuda do antropólogo Alexandre de Oliveira Gomes junto ao cacique Sotero, criador do Museu. E toda essa construção ocorreu em conjunto da Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos. Podemos perceber que a parceria entre essas duas instituições fortaleceu a luta e história de resistência do povo indígenas Kanindé. Essa parceria auxilia na aprendizagem dos alunos sobre sua cultura, suas raízes, onde desde pequenos criam uma relação forte com sua história. Isso porque o museu indígena é muito importante no processo de fortalecimento da identidade deste povo. O Museu dos Kanindé é um espaço de salvaguarda de objetos que representam as memórias de seu povo, toda uma riqueza cultural. Esse espaço é ocupado pela escola, instituição em que é responsável pela formação educacional e cultural do povo Kanindé, onde os alunos se envolvem na organização, aprendem a reconhecer suas raízes a partir de objetos daquele espaço, objetos que ganham uma representação que fazem referência aos seus modos de vida, sua espiritualidade, se tornando mais que objetos materiais.

Percebemos a mesma relação entre a Escola e o Museu dos Kanindé, na experiência dos povos Pitaguary, que foram o nosso objeto de estudo neste trabalho. A relação entre o Museu dos Pitaguary e a Escola Ita-Ara favorece o fortalecimento cultural da aldeia, o que conseqüentemente fortalece a luta desse povo na busca por reconhecimento de sua cultura e de seus direitos. No dia oito de novembro deste ano, estive na Escola Ita-Ara e no momento estava sendo realizada uma roda de conversa com algumas lideranças indígenas com a participação da comunidade. A pauta da roda de conversa foi a importância da educação escolar diferenciada. Na ocasião, as lideranças lembraram de momentos de luta na busca pela conquista da escola indígena, motivada pela discriminação que o povo Pytaguary passou quando se reconheceram indígenas e lutaram pelo reconhecimento. A escola da época discriminava os alunos indígenas que iam para a aula com pinturas e adereços de sua cultura. Então, a conquista da escola indígena para a aldeia foi um momento de grande alegria. Quando a escola foi criada, já existia o Museu em sua forma inicial, através de

exposições. Então desde a criação da escola, o Museu indígena começou a trabalhar em parceria com a escola e os alunos sempre estão inseridos nesse contexto de formação e conhecimento de sua história, pois trabalham ativamente como monitores voluntários. As aulas escolares acontecem também em campo, onde os alunos conhecem o território e os lugares importantes e significativos para a comunidade. Segundo uma das lideranças do povo Pitaguary, Rosa Pitaguary, as atividades culturais e museológicas, juntamente com a escola, é que mantém o repasse da história para levar adiante, ela afirma que são os verdadeiros livros sem páginas, como diziam os seus troncos velhos.

Como vimos ao longo deste trabalho, é crucial discutirmos sobre o lugar de fala dos povos indígenas, entender que espaços como os museus indígenas e escolas indígenas diferenciadas são conquistas de lutas travadas por estes povos e que os museus indígenas são uma extensão de suas vivências, experiências e significações, além de ser um espaço de reconstrução de formas de vidas destruídas. A autonomia dos povos indígenas em construir seus próprios museus, é uma forma de resistência contra a má representação dos museus de cunhos ocidentais que deturpam a história e cultura desses povos marginalizados ao longo de séculos de colonização. A escola diferenciada vem como um resgate da cultura e saberes desses povos étnicos, como vimos na experiência dos povos Pitaguary, em que a escola Ita-Ara é local de aprendizagem, repasse de saberes e costumes, para que a cultura desse povo esteja viva e internalizada nas próximas gerações, fortalecendo a comunidade indígena Pitaguary. Essas duas instituições Escola e Museu, no contexto Pitaguary buscam um único objetivo, o fortalecimento da cultura indígena de seu povo, reconstruindo a sua identidade indígena e mostrando a cultura de um povo invisibilizado.

Portanto, há uma grande semelhança entre esses dois povos, os povos Kanindé e os Povos Pitaguary, em suas formas de preservar viva as suas memórias. Termino este artigo com a seguinte fala: “A gente não está aqui pra durar mais 200 anos, infelizmente, e digo que a passagem nossa é muito curta aqui, mas a gente tem que deixar o nosso legado, assim como nossos troncos velhos deixaram. Então essa escola (Ita-Ara) é de fato um ensino diferenciado, que bom, que bom, mas nós ainda somos desvalorizados” (Nadya Pitaguary, Cacique do povo Pitaguary, 2024)

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Yasmine Martins. O Museu Indígena Pitaguary: proposta de incorporação do horto de plantas medicinais na coleção museológica. 2019. 128 f. Dissertação (Mestrado em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

BURATTO, Lucia Gouvêa. A Educação Escolar Indígena na Legislação e os Indígenas com Necessidades Educacionais Especiais. **Dia a Dia e Educação**, 2007 Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/565-4.pdf> Acesso em: 17 de setembro de 2024.

FEITOSA, Maria Bernardete Alves. BEZERRA, Leila Maria Passos de Souza. Da Luta Pelo Território Pitaguary à Conquista da Educação Escolar. **Inovação & Tecnologia Social**, n. 4, p. 56-70, 2020.

GOMES, Alexandre Oliveira. **Museus Indígenas, Mobilizações Étnicas e Cosmopolíticas da Memória**: um estudo antropológico. 2019. 960 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Recife, 2019.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos Objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: coleção museu, memória e cidadania, 2007

MEMORIAL, da Cultura Cearense. **Povos Indígenas no Ceará**: organização, memória e luta. Fortaleza, Novembro de 2007.

NASCIMENTO, José Benício Silva Nascimento. **Grafismo indígena**: pinturas corporais como prática no ensino de geografia na Escola Indígena Ita-Ara, Pacatuba-CE. Monografia (Graduação em Geografia) - Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/53350>. Acesso em: 25 de Outubro de 2024.

NASCIMENTO, R. Gomes. Escola Como Local das Culturas: o que dizem os índios sobre a escola e currículo. **Revista de Educação pública**, vol.26, n.62, pp.373-389, 2017.

OLIVEIRA, André Barbosa de. **Escola Itá-Ara**: a afirmação da identidade Pitaguary através da escola diferenciada. 2016. 151f, Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza, 2016.

SANTOS, Suzenilson da Silva. Os Kanindé no Ceará. O Museu indígena como uma experiência em museologia social. *in*: CURY, Marília Xavier. (Org.) **Museus e Indígenas**: saberes e ética, novos paradigmas em debate. (Coleção Museu Aberto). Universidade de São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia, p. 156-160, São Paulo, 2016.